



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

### **REQUERIMENTO Nº DE 2021**

(Da Sra. Lídice da Mata)

Requer seja realizada Audiência Pública na Comissão de Educação, para debater os cortes nos recursos destinados à manutenção das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, e suas consequências, agravadas pela situação de calamidade pública imposta pela Pandemia do COVID-19.

Senhor Presidente,

Requeiro à Vossa Excelência, com fundamento no art. 117, inciso VIII e art. 255 ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater os cortes nos recursos destinados à manutenção das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, e suas consequências, agravadas pela situação de calamidade pública imposta pela Pandemia do COVID-19, com a participação dos seguintes convidados:

- 1 - Representante do Ministério da Educação
- 2 - João Carlos Salles Pires da Silva. - Reitor da UFBA
- 3 -Edward Madureira - Presidente da Andifes (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior)
- 4 - Cláudio Riyudi Tanno – Consultor Legislativo da área de Orçamento e Fiscalização Financeira
- 5 – Felipe Scudeler Salto – Economista pela FGV

Documento eletrônico assinado por Lídice da Mata (PSB/BA), através do ponto SDR\_56185, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



## JUSTIFICAÇÃO

O Brasil vive um momento de calamidade pública. A pandemia de Covid-19 impôs desafios nunca antes experimentados pelas redes de ensino. 2020 foi um ano em que as instituições educacionais, os professores e todos os profissionais envolvidos com a educação precisaram se reinventar para atender a necessidade de oferecer o ensino remoto, observando as enormes desigualdades entre as instituições, estudantes e regiões.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), mais de 1,3 bilhão de estudantes de todo o mundo foram afetados pelo fechamento das escolas e universidades imposto pelo isolamento social imprescindível para combater a pandemia. No Brasil, só no ensino superior público, mais de 2 milhões de estudantes estão em casa. Além disso, milhares de docentes também não podem estar presencialmente nas salas de aula. O fechamento das instituições de ensino proporcionou um desafio inédito à educação. As limitações de acesso às plataformas remotas, a diminuição da renda familiar e as dificuldades de ensino e aprendizado à distância aumentaram a taxa de evasão e trouxeram enormes prejuízos às políticas educacionais e às instituições.

Apesar das incertezas nas perspectivas epidemiológicas e econômicas, para tentar minimizar o prejuízo no ensino, as instituições estão sendo obrigadas a implementar novas tecnologias e inovar suas metodologias de aprendizado virtual. Além disso, os cursos com alto nível de atividades práticas, como clínicas e laboratórios, estão particularmente prejudicados, o que pode ocasionar o atraso na graduação desses estudantes. Para minimizar os prejuízos, além das plataformas online, é necessário investir em outros métodos para ministrar as aulas. Bem como investir na qualificação dos professores para a nova realidade.

Manter a qualidade do ensino superior configura-se como um dos principais objetivos dos sistemas de educação superior. Na contramão dessa afirmativa, e das necessidades de qualificação, investimento em tecnologia e readequação do sistema de ensino, o MEC teve uma baixa execução orçamentária em 2020 e o governo federal promoveu cortes significativos nos repasses às instituições de 2020 para 2021.

As universidades federais calculam uma redução de R\$ 1,2 bilhão no orçamento para este ano, valor que ameaça a permanência de estudantes mais vulneráveis e até mesmo pesquisas de combate à covid-19. Com a previsão de

cortes, as instituições já estão reduzindo bolsas destinadas a alunos, o que pode levar ao aumento da evasão de estudantes de graduação.

No ano passado, as instituições tiveram orçamento de R\$ 5,54 bilhões para as despesas discricionárias (como pagamento de energia, água, serviços terceirizados e programas de assistência estudantil). A proposta orçamentária que tramita atualmente no Congresso para 2021 é de R\$ 4,36 bilhões.

Somadas as perdas acumuladas desde 2019, a redução é de quase 28%, sem correção dos valores pela inflação.

A situação é extremamente delicada, porque é um corte alto depois de 5 anos com o orçamento congelado. O corte atinge todas as 69 universidades federais, com mais de 320 campi em todo o país. Também podem comprometer o funcionamento de hospitais universitários, já que parte deles depende dos recursos destinados às instituições.

Além da situação financeira crítica anterior à pandemia, os reitores dizem que as universidades tiveram aumento de custos e ações para ajudar no combate à crise sanitária. Eles afirmam que a falta de recursos pode afetar a produção científica e o atendimento à população.

Eles também destacam que o corte de orçamento do Pnaes ocorre no momento em que há uma demanda maior por auxílios, já que os estudantes também sofreram perda de renda e emprego durante a pandemia.

Segundo a Andifes, se não forem revertidos, os cortes podem inviabilizar o funcionamento das universidades.

O objetivo desta proposição é ouvir as entidades ligadas à educação e responsáveis por universidades e institutos federais de modo a compreender os desafios que estão enfrentando para manter a qualidade do ensino, bem como de entender os argumentos do Ministério da Educação para a redução dos repasses às instituições de ensino superior num momento em que a demanda é de fortalecimento, inovação e readequação.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos nobres colegas ao presente Requerimento.

Sala das Comissões , de março de 2021.

Deputada Lídice da Mata

PSB/BA

Documento eletrônico assinado por Lídice da Mata (PSB/BA), através do ponto SDR\_56185, na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.



